



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 681324 - SP (2021/0226159-8)

RELATOR : MINISTRO REYNALDO SOARES DA FONSECA
IMPETRANTE : YASMIN AMORIM FONTANA
ADVOGADO : YASMIN AMORIM FONTANA - SP406290
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : THIAGO MIAZZO FERREIRA (PRESO)
CORRÉU : ROGER DA TRINDADE SILVA
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de THIAGO MIAZZO FERREIRA, em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO (Apelação Criminal n. 1517870-18.2019.8.26.0228).

O paciente foi condenado às penas de 8 anos de reclusão, no regime inicial fechado, e de 1.200 dias-multa, pela prática dos delitos dos arts. 33 e 35 da Lei n. 11.343/2006, por ter sido surpreendido na posse de 9,8kg de maconha e 294g de cocaína.

Neste *writ*, a impetrante sustenta a ocorrência de constrangimento ilegal, em razão da condenação pelo delito de associação para o tráfico de drogas, sem o devido suporte probatório e alega que não houve fundamentação idônea para o afastamento do redutor do § 4º do art. 33 da referida lei e para o estabelecimento do regime prisional fechado.

Aduz que o regime prisional mais gravoso foi estabelecido apenas com base na gravidade abstrata e no caráter hediondo dos delitos imputados.

Requer, liminarmente e no mérito, a concessão do *writ* para que o paciente seja absolvido em relação ao delito de associação para o tráfico de drogas, sejam reduzidas as reprimendas e abrandado o regime prisional.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão, especialmente porque no *decisum* combatido o relator consignou (fls. 76-78):

Não há dúvida, portanto, com relação ao animus associativo, presente na conduta de Roger e de Thiago, sendo identificada, inclusive, a estruturada divisão de tarefas entre os envolvidos: os réus recebiam as drogas e armazenavam-nas em suas respectivas residências, para posterior entrega a um indivíduo de alcunha “Zoio”, mediante contraprestação pecuniária.

[...]

Por derradeiro, a concessão do redutor previsto no art. 33, §4º, da Lei de Tóxicos, diante da grande quantidade de entorpecentes apreendida em seu poder, tudo a evidenciar sua dedicação a atividades

criminosas.

[...]

O regime fechado imposto fica mantido, mesmo considerando o tempo de prisão provisória (fls. 350), por ser o único possível diante do quantum da pena aplicada e da gravidade concretados crimes, com a apreensão de grande quantidade de drogas apreendida.

Considerando que os pedidos se confundem com o próprio mérito da impetração, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem, que deverão ser prestadas preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 19 de julho de 2021.

MINISTRO JORGE MUSSI

Vice-Presidente, no exercício da Presidência